

ATA N.º 04/2021

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 17 de setembro de 2021. -----

----- Aos 17 dias do mês de setembro de 2021, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----

2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Prorrogação da suspensão parcial da 1.ª Revisão do PDM de Cantanhede e estabelecimento de medidas preventivas – Frutitaipina / Atualização do período de vigência;-----

3 - Relatório anual Contrato Programa ano de 2020 / Inova – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. / Transportes Urbanos de Passageiros / Quinta Agrícola Biológica / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico / Limpeza Urbana / Para conhecimento;-----

4 - Fundo Municipal de Emergência Empresarial Covid-19 – 2.ª Fase / Relatório Final / Ratificação/ Para conhecimento;-----

5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2020 pela equipa de Sapadores Florestais;-----

6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / 1.º Semestre 2021;-----

7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de procedimentos a adotar para a

prescrição das dívidas provenientes da Ação Social Escolar, das receitas administradas pelo Município;-----

8 - Informação do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município de Cantanhede reportada a 30 de junho de 2021, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro / Para conhecimento.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado a falta da Sr.ª Maria Manuel de Oliveira Fael Gonçalves de Matos, do Sr. José Carlos Martins de Jesus, da Sr.ª Andreia Carolina Ferreira dos Santos Miranda Domingues e do Sr. Luís Miguel da Cruz Pato, todos por motivos profissionais e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Sr. Egídio Manuel Patrão Cruz dos Reis e do Sr. José António da Costa Vieira, ambos por motivos pessoais. Pedidos de substituição do Sr. Artur Jorge Dias Carvalhinho pelo Sr. Tito Luís Barreto Monteiro, conforme documentos apresentados. Presença dos restantes Membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 03/2021, da sessão da Assembleia Municipal de 25 de junho de 2021.-----

----- Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, o Sr. Presidente da Mesa colocou a Ata n.º 03/2021, da sessão da Assembleia Municipal de 25 de junho de 2021 à votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com duas abstenções. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 26 de junho 2021 a 17 de setembro de 2021, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito,

para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- Antes de dar início ao período de Antes da Ordem do Dia, solicitou informações sobre o processo eleitoral autárquico ao Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão.-----

----- Interveio então o Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou sobre todos os procedimentos efetuados e a efetuar tendo em vista o ato eleitoral autárquico, nomeadamente, sobre horários de funcionamento das mesas, procedimentos para entrega e recolha de votos, eleição da Assembleia de Apuramento Geral e data da sua realização, e ainda disponibilização de autotestes Covid-19 para os elementos das mesas, caso seja necessário ou o pretendam fazer.-----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que, a bancada do Partido Socialista e a bancada do Partido Social Democrata, apresentaram um Voto de Pesar pela morte do Dr. Jorge Sampaio e sugeriu que as duas bancadas, eventualmente, concertassem as duas proposta para chegarem a apenas uma.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes que, sendo uma situação excecional e tratando-se de alguém com a relevância que tem o cargo de Presidente da República desempenhado anteriormente, considera justificada a urgência da introdução do ponto na ordem de trabalhos. Acrescentou que, perante a proposta da bancada do Partido Socialista, que destaca mais alguns aspetos das características humanistas e solidárias do Dr. Jorge Sampaio e a versão da bancada do PSD que tem uma descrição mais exaustiva do

seu currículo, após conversações com a Sr.^a Áurea Andrade, acordaram fundir as duas propostas dado não haver divergência entre as bancadas sobre o conteúdo do voto de cada uma, redação final que será presente à Mesa da Assembleia e da qual supõe que a bancada da CDU também não se oponha.-----

----- Interveio novamente o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionando se os líderes das bancadas subscrevem aquela proposta e, de seguida, solicitou à Assembleia autorização para introdução do Voto de Pesar na ordem de trabalhos.----

----- Após a votação, foi autorizada, por unanimidade, a introdução do Voto de Pesar pela morte do Dr. Jorge Sampaio, o qual foi de imediato colocado a votação por escrutínio secreto, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Ana Margarida Maia, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, *em "jeito de despedida e em modo de balanço"*, como dizia o grande poeta, Fernando Pessoa, fez a seguinte intervenção: *"Não sou nada. Não posso ser nada, aparte disso tenho em mim todos os sonhos do mundo"* e, mais intensamente, *"tudo vale a pena se a alma não é pequena"*, *é com o sonho e a ambição de fazer o melhor pela minha terra, que há quatro anos me candidatei à Assembleia Municipal e me tornei honrosamente deputada desta Assembleia. Foram quatro anos de trabalho intenso, discussões proficuas, debates calorosos, às vezes até demasiado apaixonados e quiçá exaltados, em que as três bancadas aqui representadas, PSD, PS, CDU, redimiram os seus argumentos, deram as suas opiniões, lutaram pelos seus ideais e defenderam aquilo que em determinada circunstância, de modo, tempo e lugar, entenderam que era melhor para aquela aldeia, aquela freguesia e para o nosso concelho em geral. Desde o ambiente com a questão dos caulinos, indústria da resina, indústrias ou atividades perigosas e a defesa do ecossistema e preservação da fauna e da flora da região, à*

educação com a renovação dos edifícios escolares do nosso concelho, à saúde com a questão do atendimento da urgência hospitalar e da consulta aberta, à economia com apelo à inovação tecnológica, a renovação das zonas industriais, mas também a falta de incentivos ao comércio tradicional e o facto de as pequenas e médias empresas se sentirem à margem do município, ao apoio social em que não pode ficar pelo mero assistencialismo de ocasião, mas deve ser uma resposta efetiva, real e duradoura para as famílias mais desfavorecidas economicamente, que lhes permita quebrar o velho ciclo da pobreza. Ao desporto, com a congratulação dos resultados desportivos de tantos atletas e desportistas nossos conterrâneos. Ao urbanismo, onde se primou pela ausência de um plano que restaurasse a confiança no mercado imobiliário e se privilegiasse o restauro do património histórico imobiliário que está em ruína e aos transportes e redes viárias com as recentes obras nas estradas municipais e não só, o que é de aplaudir, naturalmente. Não houve tema, área ou assunto que não ficasse por falar, debater ou discutir. Sei que foram tempos difíceis, com a inusitada pandemia de COVID-19 que nos impediu tantas vezes exercemos em pleno a nossa autonomia, a liberdade individual, tudo isto em prol de um bem maior, a saúde e até a vida dos portugueses, mas com vontade e engenho, capacidade de improviso e adaptação, tão típicas da alma portuguesa, conseguimos adaptar-nos, moldar aos novos tempos e usando as capacidades infinitas da tecnologia que nos permitiram que a comunicação subisse, o trabalho fosse desenvolvido, o dia a dia se agilizasse, as tarefas diárias fossem sendo cumpridas, isso também se aplicou ao decurso destas Assembleias Municipais. Quanto a esta há a realçar o seguinte, em primeiro lugar um justo e sincero agradecimento aos meus colegas de bancada. À bancada do Partido Socialista. Somos poucos, mas somos bons. O vosso entusiasmo, a vossa determinação, o vosso espírito combativo, o vosso espírito de iniciativa, a vossa

coragem, permitiram que o trabalho desenvolvido fluísse e acontecesse com naturalidade, com rigor e profundidade. A vós vos devo estes quatro anos de trabalho de qualidade, muito, muito obrigada. Em segundo lugar quero agradecer a todos, mas mesmo a todos os membros das restantes bancadas, CDU e PSD. Senhores Deputados e senhoras Deputadas Municipais e Presidentes das Juntas de Freguesia, pelo trabalho desenvolvido e pelo louvor que colocaram nas vossas intervenções, apesar de estarmos em polos bem distintos e muitas vezes mesmo opostos em termos de política de opinião, o vosso esforço sempre se pautou pelo ideal que têm para o concelho e que defenderam com elevada ambição. Saúdo-vos, pois de espírito aberto e democrático e desejo-vos a cada um de vós a maiores felicidades pessoais e profissionais. Em terceiro lugar quero saudar o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, o vosso esforço, capacidade de organização, espírito diplomático, que permitiram que as Assembleias, embora muitas vezes se prolongassem no tempo, decorressem com respeito pelas normas, pelo Regimento, pela lei, com bom senso e equilíbrio. Doutor João Moura e restantes membros da mesa, o meu respeitoso e sincero agradecimento. Em quarto lugar, não posso deixar de saudar a senhora Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo, senhores e senhoras Vereadoras com e sem pelouro, apesar das nossas diferenças e estarmos bem distantes em termos político-partidários, a partir do momento em que o povo a escolheu como Presidente do Município de Cantanhede, essa luta passou e tornou-se também, a minha Presidente. Não é fácil ser mulher com tanta responsabilidade e exposição num cargo público como é ser autarca no concelho de média dimensão como o nosso. Cara Dr.ª Helena Teodósio, teremos sempre opiniões diferentes, usaremos ordenamentos distintos, tomaremos entendimentos às vezes até radicalmente diversos, mas há algo em comum e que de

certo que nos une, que é o de querer o melhor para o nosso concelho. Saúdo-a com amizade e desejo tudo de bom, bem como aos restantes membros do executivo. Por último e não menos importante, quero agradecer e saudar todos os funcionários e trabalhadores da Câmara Municipal de Cantanhede e da empresa municipal INOVA, o vosso esforço, capacidade de adaptação, dedicação e, sobretudo o vestir da camisola e vê-se o brio que colocam na execução de cada tarefa, seja ela simples ou complexa, banal ou inovadora, individual ou de equipa. Sem vós, estas Assembleias decerto não corriam tão bem nem tinham tanta qualidade. Muito obrigada. Foi de facto uma honra ser Deputada Municipal estes quatro anos e de uma forma modesta e singela dar um pequeno contributo para que as questões essenciais do concelho de Cantanhede fossem tratadas com rigor e a dignidade que merecem. É o amor a este pedaço da Gândara e da Bairrada salpicado pelo oceano Atlântico, nas dunas da Tocha, a que chamam de Cantanhede, que me levou até aqui. Agora é tempo de outros virem e darem o seu testemunho, a sua visão, o seu trabalho. Meus caros senhores e senhoras, termino como comecei citando mais uma vez o inesquecível Fernando Pessoa, "o homem é do tamanho do seu sonho".-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual procedeu, de seguida, à leitura de uma mensagem do Membro da Assembleia ausente, Luís Pato, do seguinte teor: "Há já oito anos que tenho o prazer de fazer parte deste órgão deliberativo da Câmara Municipal de Cantanhede. Ao longo deste tempo, pode dizer-se que existiram muitos momentos – alguns, quase kafkianos – devido à natureza processual que lhes é intrínseca e outros verdadeiramente edificantes. Houve ainda momentos, discordantes ora com o conteúdo das propostas, ora com o enquadramento ideológico – ora até pela forma da apresentação. E aqui, neste último ponto, quando se está perante gentes que têm no seu ADN um histórico

bairradino e gandarês – é mais do que expectável que tal ocorra.... Afinal, está-nos no sangue. No entanto, para além destes assuntos, houve outros; contextos de verdadeira democracia em que apesar das longas discussões, e debates de ideias – a unanimidade deste órgão sobressaiu! E mais do que isso evidenciou-se claramente o motivo que nos move: a imposição dessa missão que é ser deputado num órgão representativo de uma democracia que não é só nossa, mas é fundamentalmente de quem confiou em nós. Falo nomeadamente da saúde – recordo que há um mandato, defendia-se uma solução de convergência com a Santa Casa da Misericórdia e posteriormente, ambas as bancadas desse mandato, às quais se acrescentou posteriormente a da CDU, que foi eleita no presente mandato, foram unânimes em defender o SNS e a pertinência que tem para o nosso concelho. O mesmo ocorreu com a possibilidade de exploração dos Caulinos – que, ao longo dos anos, votamos sempre contra esta atividade no nosso concelho. Veja-se a situação da poluição que está a ocorrer nas Cochadas. Na substituição da calçada portuguesa em alguns acessos no centro da nossa cidade. Na aprovação de retirar o amianto dos espaços públicos concelhios, na ampliação do serviço de transportes concelhios, em questões relacionadas com melhoramentos de espaços públicos de lazer e comércio (mercados), novos projetos – como a ciclovia intermunicipal, eurovelo, espaços museológicos, ampliações e melhoramentos de espaços desportivos, o novo auditório, etc. Ou seja, embora discordando em muitas situações – não é ao acaso, que algumas sessões tiveram uma duração de, por exemplo, mais de seis horas, em assuntos de reconhecida importância, as bancadas e o executivo sempre estiveram de acordo ou fizeram um esforço para encontrar a convergência ideológica necessária para que imperassem não os seus interesses ideológicos, mas os interesses do nosso concelho. E no palco que é a política não há valor que enobreça mais quem assume

a causa pública do que cumprir com a missão que lhes foi confiada pelo eleitorado: representar, de forma desinteressada, a sua terra e as suas gentes! Ou como defende Rousseau não pode existir contradição entre a liberdade dos cidadãos e poder confiado ao estado! Para o próximo mandato, em que espero continuar por cá, será importante que este espaço seja composto, não só pela experiência de quem já está cá, mas por caras, enquadramentos e ideologias novas para que o exercício do contraditório ideológico seja rico em soluções que possam elevar ainda mais a nossa terra e as nossas gentes. Convirá recordar que democracia se exprime, pensa-se e materializa-se através de múltiplas formas. E, como propõe Platão, esta só surge no reconhecimento da impotência que temos de ser autossuficientes de modo a cumprir com as incontáveis necessidades que sentimos. Por isso, e ao enunciar a esteira do pensamento aristotélico, digo: “estamos todos destinados a viver em sociedade, porque a prática política não pode destruir o exercício individual da nossa cidadania. Por fim, se me permitirem, quero recordar alguém com quem todos tivemos o verdadeiro privilégio de privar neste espaço e que, como todos sabemos, tinha um orgulho tremendo em fazer parte deste órgão – Carlos Negrão. Recordo aqui um excerto de um discurso que proferiu, num momento maior das celebrações do 25 de Abril, organizadas há uns anos pela Câmara Municipal de Cantanhede. “São os cidadãos que têm de ser o centro da República. É para eles e por eles que a cidade se organiza. Compete, por isso, às cidades, ao governo das cidades, cuidar dos seus cidadãos, crianças, jovens, adultos e velhos, tornando-lhes possível a fruição de uma vida mais feliz em liberdade, na justiça, na saúde, na educação, na cultura, no bem-estar e na velhice”. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou que, ao

longo do corrente mandato que agora termina, todos os Membros da Assembleia, nos termos do regimento da Assembleia e dos poderes atribuídos pela Lei, exerceram com respeito e sentido de responsabilidade as funções para as quais foram eleitos. Sendo o papel da Assembleia Municipal de tal modo relevante, recordou alguns dos assuntos e das situações que foram tratados ao longo do Mandato, tendo começado com a atualização e a revisão do Regimento da Assembleia Municipal, logo no início, de acordo com o qual decorreram todas as sessões sob orientação de toda a Mesa da Assembleia, em especial do Sr. Presidente da Mesa, que procurou sempre, com a máxima isenção, estabelecer o equilíbrio entre as bancadas e dignificar a Câmara, pois a todos foi dada a oportunidade de participar e intervir nos debates, nas votações que constaram da agenda e apresentar declarações de voto sobre os assuntos tratados nas várias sessões. Relembrou assim que ao longo do mandato: - Foram vários regulamentos aprovados; - Anualmente, foram aprovados o relatório de atividades, a conta de gerência de cada ano e suas revisões, bem como o plano de atividades e orçamento para o ano seguinte e o quadro de pessoal dos diferentes serviços do município, num período que sucedeu a atribuição da delegação de competências para os municípios; - Os impostos, IMI, taxa de derrama, participação do município no IRS e outras taxas do município; - Medidas na área de desenvolvimento urbano prioritário e planos do município de ordenamento do território; - Empréstimo bancário para a melhoria da rede viária do concelho; - A aquisição de bens imóveis, por exemplo, na aquisição de terrenos para ampliação das zonas industriais; - A Assembleia tomou posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos como o da saúde do concelho, de importância vital para a autarquia e para os seus munícipes; - Foram apresentados votos de louvor e votos de pesar a várias personalidades, procurando o necessário equilíbrio e bom senso, com

propostas devidamente fundamentadas; - Todos tiveram oportunidade de colocar questões e dúvidas ao executivo sobre qualquer ato da administração municipal ou do setor empresarial local, às quais obtiveram sempre uma resposta cuidada por parte da senhora Presidente e da restante Vereação. Considerando, finalmente que a Assembleia Municipal teve um importante papel no acompanhamento e fiscalização da atividade da Câmara Municipal, agradeceu ao Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o empenho e esforço na dignificação e valorização da Assembleia, bem como a todos os eleitos desta Assembleia, sem exceção, por terem contribuído individualmente e no coletivo para o reforço da cidadania ativa no Município de Cantanhede. Mudando de assunto e recordando a cerimónia comemorativa do feriado municipal, afirmou que, apesar de ser um ano de pandemia, sem a realização da Expofacic, o dia foi assinalado com toda a elevação e dignidade, tendo a cerimónia contado com a evocação da efeméride do centenário de nascimento de Carlos Oliveira e do 30.º aniversário de elevação de Cantanhede a cidade. Recordou também a presença da Sr.ª Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, como reconhecimento do Governo em como Cantanhede trata bem a sua gente, trata bem as suas atividades, conforme a mesma referiu. Na sua intervenção referiu ainda que *“há mais de 15 anos que este município passou a estar no mapa como capital da biotecnologia, sendo já hoje uma referência nacional e internacional nesse domínio”*, tendo enfatizado o facto de, durante a fase mais crítica da pandemia, terem sido as empresas da biotecnologia da Biocant Park as primeiras a dizer presente, o que deve encher de orgulho e respeito cada Cantanhedense. Afirmou assim que, como cantanhedense, foi com orgulho que escutou as suas palavras, fazendo votos que tais palavras se concretizem num apoio do trabalho e desenvolvimento do BIOCANT, sem esquecer a IMMUNETHEP e a vacina que está em desenvolvimento. Finalmente,

recordando que, desde a última Assembleia está a decorrer uma petição na Câmara, contra o encerramento da consulta aberta do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, aprovada por unanimidade pela Assembleia, questionou a Sr.^a Presidente da Câmara sobre o desenvolvimento da mesma.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o qual recordou que o presente mandato teve um conjunto de imprevistos que não eram, de todo, expectáveis, como os incêndios, o LESLIE e de seguida o COVID-19 e reconheceu, não só, o papel deliberativo da Assembleia e o apoio que deu à Câmara Municipal, mas também, a capacidade de adaptação e os diferentes mecanismos de apoio que a Câmara Municipal deu aos seus cidadãos, às suas empresas e às suas entidades em cada um daqueles processos. Recordou ainda que a questão dos incêndios passou por apoios a algumas das empresas mais atingidas e por ações de reflorestação executadas pela Junta de Freguesia da Tocha. No caso do LESLIE, a Câmara colaborou em muitas candidaturas que permitiram a muitas instituições religiosas e associativas do concelho, usufruírem de verbas para, de certa forma, colmatar os prejuízos causados e, no caso do COVID recordou todas as medidas que foram tomadas e que foram presentes nas sessões da Assembleia Municipal, publicitadas em tempo útil e que, como todos sabem, representam um valor de centenas de milhares de euros. De seguida, relativamente ao que foi o mandato em termos de trabalho, destacou alguns assuntos que foram recorrentes, importantes e que tiveram impacto para os Municípes do concelho: - A questão da saúde, uma vez que o estado da saúde no país e em Cantanhede é frágil e que o COVID veio colocar a nu muitas das fragilidades que já antes existiam, pelo que se deve elevar o papel da Assembleia e do Município na luta pelos interesses da população para restabelecer

condições dignas de saúde no concelho; - A questão das transferências de competências, que gerou muito celeuma e muita discussão, porque há visões políticas claramente distintas. Acrescentou que, do ponto de vista da bancada do PSD, a posição do executivo foi a posição correta, uma vez que não é contra as transferências de competências, mas sim contra transferências de competências indevidamente fundamentadas ou que não venham acompanhadas do devido pacote financeiro, princípio que deve valer da Câmara para as Juntas de Freguesia, como deve valer da Estado Central para a Câmara; - O empréstimo que foi feito para a requalificação da rede rodoviária cujo investimentos têm estado a ser implementados; - Os apoios que têm sido dados às empresas, quer apoios diretos no âmbito do COVID, quer indiretos com as ampliações que têm estado a ser feitas nas Zonas Industriais, permitindo trazer mais empresas e mais emprego para Cantanhede; - O papel das Juntas de Freguesia no âmbito do COVID, que vieram demonstrar o seu papel de proximidade e a importância que têm para as populações a nível local; - Relevou o episódio ocorrido com o anterior Membro da Assembleia, Carlos Negrão, e o contributo que deu para a Assembleia Municipal; - Agradeceu a presença e os contributos que todos os Membros deram ao longo do mandato, bem como à Câmara Municipal e aos funcionários que prestaram apoio às sessões da Assembleia; - Recordou o aumento da representatividade nesta Assembleia com a presença da CDU que, há largos mandatos, já não era representada; - Numa perspetiva mais local e enquanto Presidente de Junta, cidadão de Murteide, destacou que há muitos anos que a sua Freguesia não tinha uma representação tão larga na Assembleia, uma vez que, além do Presidente de Junta, tem a Membro da Assembleia, Sr.ª Anabela Pato, por parte do PSD e o Membro da Assembleia, Sr. Ricardo Almeida, por parte da CDU, bem como em algumas Assembleias em substituição, o Sr. Tito Monteiro, que também foi

candidato à Assembleia de Freguesia. Finalizou a sua intervenção, saudando a presença dos Membros das três bancadas com assento na Assembleia Municipal.----

-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, constatou que, como acabou de ser dito o mandato não foi fácil, mas ao mesmo tempo, verificou-se que, perante as dificuldades, as pessoas reinventaram-se, conforme se pôde constatar, uma vez que tem havido investimentos acima da média ao longo do mesmo mandato, com milhões investidos no concelho em todas as áreas. Acrescentou que, apesar de se encontrar numa altura de campanha, não é o que está em causa, sendo sim a altura de fazer um balanço e por outro lado, saudar todos aqueles que ao longo dos últimos quatro anos estiveram e estão no executivo. Afirmou ter sido um trabalho muito solidário, não só por parte da bancada do Partido Social Democrata, como da bancada do Partido Socialista e do Vereador que passou a independente, porque realmente, todos os assuntos foram discutidos de forma muito serena e proveitosa, com o contributo extremamente positivo por parte de todos, que trabalharam de forma aberta e transparente em equipa, fazendo assim valer a pena estar na vida política. Não esquecendo as Juntas de Freguesia que, com trabalho e dedicação, demonstraram que quando há partilha e união, os objetivos e, acima de tudo, o bem público, são cumpridos. Referiu também a excelente ligação que houve do órgão executivo com o órgão deliberativo, propiciando a que tudo corresse de forma muito serena e amena, pelo que agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos seus secretários e, naturalmente, a todos os presentes que, ao longo dos últimos 4 anos, partilharam, discutiram e analisaram todas as áreas que o Executivo trouxe à Assembleia Municipal. Acrescentou que, muitas vezes discordou de muitas posições, o que se compreende

pela existência dos três partidos com assento na Assembleia, os quais foram sempre chamados a intervir, tendo participado em inúmeras reuniões relacionadas com a área da saúde, investimentos, localizações e posições, orçamento e prestação de contas, porque, apesar de ter opiniões divergentes, sempre esteve pronta para dialogar, discutir e ouvir. Afirmou acreditar pessoalmente que, a questão partidária numa autarquia não mexa assim tanto com as grandes decisões, porque, as grandes decisões dum país são emanadas do Governo que está em funções, com tendência, naturalmente, para dar mais importância a uma área ou a outra. Referiu que, também as pressões partidárias e políticas, por vezes, forçam o A ou o B a votar de certa maneira, mas por vezes, percebe-se que até teriam tendência para o fazer de uma outra forma, o que considera natural. Salientou que foi um mandato que decorreu com a elevação que se pretendia, após uma campanha que decorreu com a serenidade e com a educação que se esperava de pessoas que têm um único objetivo, o desenvolvimento do concelho de Cantanhede. Referiu, de seguida que a Gândara, a Bairrada e o Baixo Mondego e as diversidades que existem no território de Cantanhede, conjugam-se e dão uma riqueza que pode contribuir e contribui para que Cantanhede já seja neste momento um município falado, destacado e nomeado sempre de forma positiva e que continuará, exatamente, a ser falado nesse mesmo sentido. Deixou de seguida uma palavra de reconhecimento a toda a equipa do Município que, ao contrário do que se diz do funcionário público como sendo o acomodado das 9 às 5, uns trabalham com 38 graus lá fora, outros nem controlam o nível de horas que fazem. Deixou também um agradecimento muito sincero a toda a equipa da INOVA, EM-SA, na pessoa do seu Presidente, por todo o trabalho que tem realizado e pelos inúmeros prémios que tem recebido. Falando dos projetos para o futuro, nomeadamente, o quadro comunitário que está a ser concluído, o Portugal

2030 e o PRR, informou que os funcionários já se encontram a trabalhar, de forma muito profissional na elaboração de candidaturas, nas várias áreas, como sejam a educação, a cultura, a ação social, o desporto, estando atentos a tudo o que seja abertura de avisos para que o Município esteja na primeira linha, e atingir um objetivo que é de todos. Relativamente à Ação Social afirmou existirem situações que não devem, nem podem, ser divulgadas, pelo sigilo e respeito que merecem, por se tratar de pessoas que estão com a sua situação mais debilitada e que precisam saber que oportunidades têm para tentar resolver os seus problemas. Recordou, também todos os problemas que existiram e que acrescentaram trabalho a toda esta equipa do Município, nomeadamente, os incêndios, o LESLIE e a pandemia que ainda não terminou, nem se sabe como vai terminar, mas que teve impactos financeiros fortíssimos. Relativamente a esse aspeto, admitiu haver quem não concorde com algumas decisões que foram tomadas, no entanto, para estar no lugar que detém, precisa de ter paz financeira, porque, toda a equipa precisa estar atempadamente e com rigor a fazer os pagamentos aos fornecedores ou aos empreiteiros, e também, porque se não existisse serenidade e conforto financeiro, não sabe como teria sido porque em relação aos apoios ao COVID, as verbas já ultrapassaram o milhão e meio de euros. Por isso, referiu que, por vezes, apesar da luta política, deveriam pensar e olhar para tudo o que foi feito, que por vezes, foi pouco divulgado por bons motivos. Deixou, de seguida um profundo agradecimento a todos os presentes pela parceria, pelo trabalho, pela agitação dos debates e desejou a todos que, os próximos anos sejam melhor para todos, pessoalmente, profissionalmente, familiarmente. Relativamente aos presentes que já não estão nas listas para as próximas eleições, deixou um agradecimento mais profundo, sendo certo que poderão voltar num próximo mandato, e que, com certeza, vão continuar a dar opiniões, a partilhar e a

telefonar. Aos que estão nas listas, desejou a todos que a vida lhes corra feliz e boa em termos familiares e profissionais, pois em termos políticos, será o que o povo decidir. Relativamente ao próximo mandato, afirmou que será desafiante, com muita alteração, não só relativamente às candidaturas de que já falou, mas também com as delegações de competências que vão alterar estruturalmente a vida municipal em termos da quantidade de funcionários, com as obras que vão continuar a decorrer e a ser desenvolvidas. Deixou também uma palavra ao BIOCANT e à ABAP, que se encontram numa fase de readaptação, de muito trabalho e de partilha, um grande polo que está a captar para Cantanhede investimentos extraordinários, sendo o último de mais de 28 milhões de euros, o que representa uma grande satisfação para o final do mandato. Acrescentou que, existem investimentos não só para Cantanhede, mas também para Febres, Tocha e também para Murte de que, neste momento, têm muita procura. Relativamente à questão da petição, informou que já existe inúmeras assinaturas, no entanto, por opção pessoal, o trabalho continuará com o Executivo e com a Assembleia que existirem após as eleições autárquicas do dia 26, continuando a trabalhar na defesa de uma situação que todos pretendem, na melhoria contínua da saúde no concelho de Cantanhede. Acrescentou que, Cantanhede já tem o principal, nomeadamente, os técnicos, os médicos, os enfermeiros e os auxiliares, todos com excelentes competências, e também as estruturas em termos de equipamentos, mas necessita de algum complemento para melhorar a vida de todos e retirar uma carga mais pesada dos hospitais grandes, como o Hospital da Universidade, dando assim conforto a todos os Municípios de Cantanhede. Posto isto, referiu-se de seguida a dois pontos que lhe parecem interessantes e importantes para Assembleia, nomeadamente: - Recordou que, até então, a INOVA detinha unicamente a parte dos transportes urbanos da cidade e o resto, em termos de transportes escolares e toda

a parte mais privada, passou a ser tudo controlada através da Comunidade Intermunicipal que faz, inclusivamente, toda a linha de contratação. Acrescentou que, porque há áreas que não sendo rentáveis e não são apelativas para a própria empresa, foi iniciado o transporte a pedido que já foi divulgado e que pode ser muito benéfico. Por um lado, dará mais trabalho ao setor empresarial dos taxistas, que foram chamados e aderiram por todo o concelho. Esclareceu, de seguida, que são chamados através de um número, que já foi colocado nas paragens, podendo as pessoas através daquele número, na véspera, contactar aquele número, sendo indicado o táxi que fará o serviço e correspondendo o pagamento ao equivalente ao do transporte público, sendo o desfasamento de preço suportado através da Comunidade Intermunicipal. Acrescentou tratar-se de uma primeira fase, não existindo o serviço em todo o concelho, mas sim nas zonas onde havia mais carência nas deslocações para a sede do concelho, para tratar de assuntos na Câmara, nas Finanças, nos Bancos ou para uma ida ao médico. Informou, de seguida que, relativamente aos sítios onde não passa o transporte público, foram já realizadas inúmeras reuniões com a Administração do Metro Mondego, à qual foi solicitado que houvesse uma continuidade até Cantanhede, através da linha de Coimbra, por Santa Luzia, entrando na Zona Industrial da Mealhada que toca na Zona Industrial de Cantanhede, seguindo-se a ligação para Cantanhede vindo pela Estrada Nacional. Esclareceu que, a proposta do Executivo era diferente, relacionada com a linha férrea que foi arrancada, mas que, como todos sabem, existe o projeto da ecopista que já está a ser desenvolvida, tendo a CIM já lançado o concurso para fazer a ecopista desde a Mealhada até à Figueira da Foz, passando por várias freguesias de Cantanhede, nomeadamente, Murte, Cordinhã, Ourentã, Cantanhede e Cadima, seguindo em direção a Montemor e à Figueira da Foz. Recordou terem proposto que

o projeto fosse revisto, que fosse encostada a um lado da ciclovia, com um percurso de segurança a meio e que o Metro Mondego pudesse ocupar o outro lado com o metro de superfície, apanhando a Zona Industrial de Murte de até Cantanhede e depois o resto logo se veria. Referiu, de seguida, que relativamente aos percursos, têm que ser muito apelativos, não só para a empresa como para os utilizadores, pelo que todas as hipóteses estão a ser analisadas. Relativamente à ligação que se pretende para Cantanhede e como é que se vai cruzar com o ponto final da Mealhada, informou existirem três soluções, tendo os Município de Cantanhede e da Mealhada já proposto que fosse por Mala ou Barcouço. Acrescentou que vão continuar com as negociações com o Metro Mondego, que gostou particularmente da solução proposta por Cantanhede e que estão a analisar financeiramente, porque a zona da Mala é mais íngreme e difícil em termos de acesso, estando a ser analisada pelos técnicos do Metro Mondego que irão decidir. Mudando de assunto, informou que foi assinado um protocolo com o Instituto Politécnico de Coimbra e com a Comunidade Intermunicipal, para a vinda para Cantanhede do nível 5 de ensino, no âmbito do PRR, Programa Impulso Jovens STEAM e Impulso Adultos, onde se destaca a formação pós-secundária. Acrescentou que, há muito tempo que foi lançado o desafio da vinda para o Concelho do ensino superior, sendo uma decisão que pode não ser partidária, mas que é muito própria, apesar de não concordar que se tente atrair para o município mais do mesmo, ou seja áreas que já existem em Coimbra, como a Gestão e a Contabilidade, mas sim um ensino diferenciador, um ensino que não exista ainda, como seja a parte do ensino superior relacionado com artes gráficas, com a multimédia e com áreas técnicas mais ligadas às filmagens e ao cinema, porque os jovens que querem investir nessas áreas, das duas/uma, ou têm um curso profissional ou têm de ir para o estrangeiro. Acrescentou que, para tal era necessária uma outra

abordagem, porque se o Politécnico entender que é realmente importante para a região, nomeadamente, um polo em Cantanhede, que já está assente, iria apanhar a zona norte do distrito, bem como as franjas do distrito de Aveiro e todos os concelhos que estão aqui perto, o que seria benéfico, mas depois perguntam onde é que se vão alojar as centenas de alunos que podem vir para Cantanhede. Essa necessidade de alojamento irá dar muito trabalho aos gabinetes que terão muito trabalho para fazer, mas que poderá e deverá mudar muito o concelho. Informou ainda que, o Senhor Reitor lhe transmitiu também que, uma vez que o Centro de Neurociências vai passar diretamente para a Universidade de Coimbra, pretende trazer para o CNC, perto do BIOCANT, um mestrado relacionado com a questão da cannabis, que também é diferenciador e que, exatamente por existir aqui no concelho, tem o local e as parcerias ideais para se desenvolver e, naturalmente, poderá captar outro tipo de atratividade. Informou, de seguida, relativamente à questão das delegações de competências, que foi celebrado um protocolo com a Secretaria de Estado da Educação para poder intervir na Secundária e nas EB 2,3, sendo que o concurso já foi adjudicado e representa milhões que eram da responsabilidade do Estado. Recordou que, na primeira fase, no anterior mandato, o Município assumiu a comparticipação de metade da componente do Estado, os 7,5%, e que no momento, prefere que toda a tramitação se faça antes da delegação de competências, mesmo que as obras não estejam concluídas até lá, porque vão ser profundas. Acrescentou que, quem conhece a Secundária perceberá que vai ser uma logística pesada, que já está a ser analisada, a Escola de Febres está em obras, é necessário também fazer obras nas Escolas de Balsas e Fontinha para, temporariamente, deslocalizar as crianças para outra escola e poder recuperar a de Febres. Relativamente à EB1 da Tocha, informou já ter negociado o terreno ao lado, embora ainda não se encontre escriturado. Finalmente,



recordando que todos estão na Assembleia para lutar pelo mesmo, pelo concelho de Cantanhede e que têm todas as razões para continuar com a mesma atitude positiva, com vontade e com determinação de terem um concelho cada vez melhor. Afirmou de seguida que, apesar das três bancadas políticas existentes, todos com a mesma fibra e grande capacidade de trabalho, acredita que depois deste mandato, que aplaude pelo trabalho e desempenho de todos, vem aí uma nova era, que se vai traduzir numa grande melhoria para todos, mas sobretudo para os mais novos, para os nossos filhos e netos. Finalmente, agradeceu a todos os presentes e desejou a todos o melhor, pessoalmente, profissionalmente e politicamente. -----

----- Interveio de novo o Sr. Rogério Marques, esclarecendo que não pretendia que o assunto da saúde fosse discutido, apenas saber se, desde a última Assembleia, existiam novos desenvolvimentos, tais como contactos com as autoridades de saúde distrital ou nacional.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que já havia transmitido, nesta mesma Assembleia, que o Executivo tinha, em Maio, entregue ao Senhor Secretário de Estado da Saúde uma carta a solicitar informação sobre o que se passava em Cantanhede, no dia que foi assinado o protocolo para o SNS24 para a freguesia de Vilamar e Corticeiro de Cima. Relativamente àquele protocolo, esclareceu que, apesar ter sido assinado, continua tudo na mesma, existindo o local e uma pessoa com formação, mas sem equipamento e sem transferência de informação. Relativamente à carta que foi entregue ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, informou ainda que, após inúmeros telefonemas, responderam que não era ele que tratava do assunto, mas sim o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, ao qual também foi enviada uma carta. Passados uns meses, após novo contacto telefónico, foi informada que a tinham mandado para a ARS, que por sua vez a enviou

para o ACES, estando a Secretaria de Estado a aguardar resposta, a qual parece já ter chegado a Lisboa, mas que ainda não foi comunicada ao Município, pelo que continua a aguardar que venha a resposta e que digam o que pretendem fazer relativamente a Cantanhede. Relativamente ao Hospital Rovisco Pais que já tem uma nova administração, informou já ter falado com o Presidente do Conselho de Administração sobre as potencialidades daquele território, tendo aquele demonstrado muita vontade em as desenvolver. Acrescentou que existem ali potencialidades extraordinárias para crescer, um hotel que podia funcionar muito bem como turismo de saúde e de apoio aos cuidadores, porque é importante também pensar neles. Finalmente, afirmou ter esperança de ver aberto um fundo comunitário para que possam investir, pois pretende estar em parceria constante com aquelas entidades e, também com qualquer governo, porque o que interessa é que se encontre a solução ideal para o que não está a correr bem no concelho. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Miguel Gentil, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, em modo de despedida, referiu que foram quatro anos que, a bem dizer foram só três, porque um foi quase um trabalho em vão por causa da pandemia. Afirmou sentir que todos cumpriram a sua missão, pela ação de fiscalização que tiveram perante o executivo e que criaram grandes amizades, tendo também perdido um amigo que já foi referido. Afirmou ainda sair com uma enorme tristeza por não ver realizadas algumas obras pelas quais lutou, como por exemplo, a Rua Central em Vila Nova, umas obras em Outil, o Centro de Portunhos e a estrada de Lemedo, mas considero que houve muito trabalho e que tanto a Sr.^a Presidente da Câmara como o Sr. Presidente da Assembleia, nos próximos anos, farão o que será possível dentro das expectativas de todos. Deixou de seguida um louvor, à secção de ciclismo do Clube Vilanovense, que

tem levado a modalidade além-fronteiras e tem agora uma atleta na seleção nacional que irá participar no Campeonato do Mundo. Afirmou sair um pouco magoado pela falta de ética existente na política, pois foram 30 anos a andar naquelas lides e a lutar pela sua terra, seu concelho e pelo seu país. Finalmente. Desejou força a todos os que vão continuar a lutar pelos mesmos ideais e agradeceu a todos.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, esclarecendo que o Município tem empreitadas de tapete consignadas desde outubro, no entanto a empresa não cumpre, por causa do COVID, ou porque não tem pessoal, por escassez de material ou por aumentos de preço na origem. Relativamente à estrada de Lemedede, informou já estar consignada, existindo, no entanto, muitas obras atrasadas, como é o caso da ligação da Chorosa a Vilamar que estava prevista para antes de outubro, várias em São Caetano e várias em Cadima ligadas à mesma empresa, como é o caso da Pocariça, que tem uma obra de grande extensão e difícil, porque não se trata apenas de colocar tapete, também tem uma zona de muros, de valas e de ciclovia. Acrescentou ser um problema genérico porque os empreiteiros vão com sede a tudo, concorrem para ficar com as obras em carteira e depois não correspondem ao que é necessário. No entanto, existem mecanismos que permitem legalmente, aplicar uma multa, rescindir o contrato e acionar o segundo concorrente. Assim, afirmou que apesar dos atrasos verificados, a estrada de Lemedede vai-se fazer, não se sabe é quando, e, quanto às restantes dentro de Portunhos, já se encontram calendarizadas, mas não vão iniciar antes das eleições, sendo apenas uma questão de existir empresas suficientes para arrancar com as obras. Relativamente à envolvente de Portunhos e da Fundação Ferreira Freire, informou que o projeto está pronto para ir a concurso, no entanto, após consulta a algumas empresas, verificou-se que não adiantava lançá-lo agora a concurso, porque ficaria deserto, tal como ficou o Centro

Cívico de Ourentã. -----

----- Não existindo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Prorrogação da suspensão parcial da 1.ª Revisão do PDM de Cantanhede e estabelecimento de medidas preventivas – Frutitaipina / Atualização do período de vigência»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou tratar-se de um processo relativamente simples, que para poder ter sido licenciado, teve de haver medidas preventivas na parte que diz respeito ao projeto empresarial da Frutitaipina. Acrescentou que todo o procedimento decorreu de forma normal, com a aprovação das medidas preventivas pela CCDRC, e que, no momento, trata-se apenas de prorrogar o prazo da suspensão para poder concretizar, de acordo com toda a legalidade e com aquelas medidas preventivas, que já previam a possibilidade de prorrogação e que ainda não terminaram, para darem seguimento ao que têm que concretizar. Referiu ainda que, de acordo que tem sido prática do Município, apesar de serem medidas preventivas, previstas e aprovadas previamente pela CCDRC, aquela prorrogação da suspensão da 1.ª Revisão do PDM de Cantanhede e estabelecimento de medidas preventivas, pelo período de mais um ano, carece sempre de aprovação por parte do município e da Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi de seguida colocado a votação o **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Prorrogação da suspensão parcial da 1.ª Revisão do PDM de Cantanhede e estabelecimento de medidas preventivas – Frutitaipina / Atualização do período de vigência»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Relatório anual Contrato Programa ano de 2020 / Inova – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. / Transportes Urbanos de Passageiros / Quinta Agrícola Biológica / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico / Limpeza Urbana / Para conhecimento»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Idalécio Pessoa Oliveira, presente na sessão, prestasse a informação que entendesse por relevante relativamente à empresa municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu então a palavra ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Idalécio Pessoa Oliveira, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que iria fazer a apresentação dos resultados dos Contratos Programa celebrados com o Município relativamente ao ano 2020, mas também um balanço da atividade da empresa municipal durante aquele ano. Assim, relativamente aos Contratos Programa começou pelas atividades que são reguladas e que têm receitas próprias, informando que a INOVA tem tido bons resultados nas atividades e nos serviços que presta à população, sendo que: - No caso do abastecimento de água, obteve em 2018, o selo de qualidade exemplar da água para consumo humano, uma das vertentes que tem de ser garantida; - Desde 2018 não se verificou qualquer crescimento das tarifas variáveis de água, saneamento

e resíduos, resultando, no ano de 2020, num valor médio mensal de 18,05 € de faturação para um consumidor doméstico que consome 10 metros cúbicos num mês, valor mais baixo praticado em todos os municípios do distrito e dos municípios que confinantes do distrito de Aveiro; - Foram atingidos 20.742 clientes em 2020, um volume de água faturada de 3.135.635 metros cúbicos e 23,8% de perdas de água no sistema; - Relativamente às perdas de água, informou da existência de um conjunto de medidas que estão em curso, algumas em encerramento e outras a serem preparadas para fazer face a três objetivos fundamentais, a qualidade, o preço e a questão das perdas de água que tem que se combater; - Relativamente a projetos em fase de encerramento, informou atingirem cerca de 4.300.000,00 €; - Existe um conjunto de investimentos que estão a ser preparados para fazer face ao que está previsto no contrato de gestão delegada com o município para o período de 2020 / 2024. Encontram-se a fazer a beneficiação das redes de águas mais antigas, as que têm mais problemas, mais perdas e mais desequilíbrios na própria rede, nomeadamente, algumas intervenções na zona da Tocha e na freguesia da Sanguinheira; - Irão ser iniciadas intervenções em breve no troço principal do sistema de abastecimento de água da conduta elevatória da Fervença até Lemedé, já adjudicada, a remodelação de uma pequena parte da rede de abastecimento de água de Cadima, nas povoações do Casal e do Olho, da totalidade das populações de Pocariça e das Arrotas e a instalação da telemetria com um investimento que já ultrapassa 1.180.000,00 €, relacionado com o serviço prestado ao cliente, com a fiabilidade das leituras e com a redução das perdas de água; - Investimentos estão a ser preparados para fazer face aos objetivos já referidos, zonas mais antigas e mais problemáticas, como por exemplo, o reforço do armazenamento no abastecimento de água a todo o setor de Cantanhede, especialmente no que respeita à cidade e no eixo

Cantanhede / Ançã e que abrange Outil, Pena, Portunhos e Ançã, a reabilitação dos reservatórios da Tocha e da Fontinha, o reforço do abastecimento de água às zonas industriais, a remodelação da rede de abastecimento de água a Febres, a beneficiação da central da Fervença, a ampliação do reservatório da Tocha e a remodelação da rede de abastecimento de água da Varziela; - No que respeita à rede de saneamento, outra atividade regulada, referiu que a sua gestão é feita em baixa pela INOVA, que faz toda a recolha dos esgotos produzidos no Município de Cantanhede e o seu tratamento. Acrescentou que as ETAR'S que a INOVA gere, propriedade do município, em 2020 trataram 38% das águas residuais recolhidas, sendo que os restantes 62% foram entregues às Águas do Centro Litoral e que, apesar de se reconhecer que ainda há problemas no sistema por resolver, em 2018, a INOVA também obteve da ERSAR, no serviço prestado aos consumidores, o prémio de excelência no saneamento de águas residuais ao consumidor. Acrescentou ainda que, a questão da qualidade do serviço prestado ao consumidor é um dos objetivos da INOVA pelo que, naturalmente, tem que cumprir com todo o tratamento efetuado nas nove ETAR's distribuídas pelo Município, dando resposta em termos de qualidade do tratamento dessas ETAR's e entregar essas águas às Águas do Centro Litoral para que façam o seu papel de recolha, transporte e tratamento. Referiu que, como é sabido, existe um problema de incapacidade de transporte e de tratamento por parte daquela entidade, que está a ser resolvido, nomeadamente na ETAR das Cochadas com um custo previsto de 10.800.000,00 €, para remodelação de todo o intercetor que conduz as águas residuais desde Ourentã, Cadima, Febres, São Caetano e Pocariça, para a futura ETAR, com as obras já adjudicadas pela ADCL, com um custo previsto de 3.500.000,00 €; - Há uma previsão de investimento para 2020/2024, ao abrigo do contrato de gestão delegada de 3.640.000,00 €, sendo no entanto necessário terminar

os que estão em curso, nomeadamente, a remodelação da rede de águas residuais da Tocha que tem sido feito por fases, a reabilitação do emissário da Tocha às Cochadas, a remodelação da rede de águas e de saneamento de Cantanhede e Pocariça, que não está ainda terminado porque houve um problema com o empreiteiro, a remodelação da rede de águas residuais de Febres, na zona de Balsas, que está também em curso, a remodelação da rede de água residuais de Vilamar e Corticeiro de Cima, que foi a concurso e ficou deserta. Esclareceu que nas empreitadas que têm obras com abertura de valas não apareceu empreiteiro, pelo que nesse investimento de cerca de 720.000,00 €, 50% está adjudicado, 50% ficou deserto, tendo que recolocar novamente a concurso para ver se aparece algum empreiteiro disponível para fazer aquelas obras que são urgentes; - Outro problema conhecido são as ligações domiciliárias de águas pluviais e infiltração de águas do solo nas redes de saneamento com um volume expressivo que chega às ETAR's e que chega às Águas do Centro Litoral e que é preciso resolver pelo que existe uma equipa permanente no terreno a fazer o diagnóstico e a inspeção das redes domiciliárias para tentar minimizar e eliminar o excesso de volume refletido nas redes de saneamento, sempre que há chuvadas; - Relativamente aos resíduos urbanos, atividade que também é regulada, tem tarifário e tem que ser sustentável, recordou que a INOVA faz tudo o que é recolha de resíduos indiferenciados e a recolha dos resíduos colocados nos ecopontos é da responsabilidade da ERSUC, que tem essa concessão do Estado. Acrescentou que, também em 2018 e 2019, a INOVA foi premiada com o selo de qualidade da ERSAR pelo serviço que presta de gestão de resíduos urbanos ao consumidor, nomeadamente, dos resíduos indiferenciados. Esclareceu que a INOVA é responsável por toda a rede de contentores para indiferenciados, que são 1300 e ainda de 380 ecopontos, distribuídos pelo município,

mas que, por orientação da ERSAR não pode colocar mais, dado que é uma competência da ERSUC e que o investimento em ecopontos não pode refletir-se nas tarifas dos clientes de Cantanhede. Esclareceu ainda que, relativamente à recolha de óleos usados e à recolha de resíduos elétricos e eletrónicos, a INOVA tem protocolos com APPACDM e com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, revertendo aquelas receitas a favor daquelas entidades, refletindo a parte solidária e humanitária que compete também à INOVA enquanto empresa pública. Acrescentou que, se tem assistido, no caso dos resíduos urbanos a um aumento dos indiferenciados, o que contraria o objetivo da empresa em os reduzir, tal como acontece com os resíduos para valorização e reciclagem. Esclareceu que existe um conjunto de investimentos em curso para tentar fazer face àquele aumento, nomeadamente, aumentando os resíduos para reciclagem, para valorização, com a reformulação do ecocentro e com a aquisição de um ecocentro móvel que em breve vai passar pelas freguesias para as pessoas poderem fazer deposição de resíduos que não têm tido destino até agora e que têm ido para os contentores de indiferenciados, sendo que alguns daqueles resíduos vão ser direcionados, a exemplo da APPACDM e dos Bombeiros Voluntários, para valorização e reutilização. Informou ainda que vai ser feito um reforço das campanhas de recolhas seletivas dos verdes, usualmente colocados junto aos contentores, num investimento aproximado de 1.259.000,00 € e ainda um projeto destinado à recolha de bio resíduos devidamente separados, com um custo 1.400.000,00 €, sendo os dois projetos financiados pela comunidade. Também se perspetiva em 2020/2024 um investimento de 3.120.000,00 €, na parte da reciclagem do ecocentro que está praticamente terminado e já está a ser reaberto, contribuindo para sensibilizar as pessoas no sentido de terem de fazer mais separação e a deposição dos resíduos nos locais corretos; - Relativamente às

atividades não reguladas e que estão sujeitas a contratos-programa: - Informou que, relativamente aos espaços verdes, a INOVA mantém 28 hectares de espaços verdes distribuídos pelo Município, sendo que o contrato-programa em 2020 previa um subsídio à exploração de 662.000,00 €. Esclareceu que esse valor foi respeitado, mas com algumas alterações porque algumas empresas prestadoras de serviços que não executaram a prestação, tendo havido por consequência uma redução nos fornecimentos e serviços externos, ou que obrigou à contratação de pessoas, para fazerem a manutenção de espaços verdes nalgumas freguesias. Por esse facto houve uma recuperação nos gastos que representa um resultado final de 90.345,00 € positivos, que resulta exatamente dessa excecionalidade e que tem colocado a empresa a pensar qual é o caminho que deve prosseguir para conseguir dar resposta àquela questão que, com a pandemia, se veio agravar ainda mais. Acrescentou que, a questão das transferências de competências para as autarquias e para as Juntas de Freguesia daquele tipo de atividades, tem que ser bem pensada e ponderada, porque para além dos recursos humanos necessários também depende muito da vontade das Juntas de Freguesia em fazer ou não fazer. Referiu ainda que, dos 576.000,00 € gastos, há aqui um peso significativo dos recursos humanos que se cifrou em 2020 em 358.756,00 €, que o custo por metro quadrado foi muito bom, 2,7 €/m², considerando 28 hectares e que, no inquérito de satisfação feito para avaliação dos resultados da empresa, por uma empresa externa através do sistema de chamadas, a INOVA obteve de 0 a 5, um grau de satisfação de 4,37, demonstrando que, relativamente aos espaços verdes, as pessoas estão satisfeitas com o resultado e, principalmente na cidade de Cantanhede, que continua a ser uma referência regional relativamente a esta matéria; - Relativamente à limpeza urbana, informou que o contrato programa previu 358.000,00 € de transferência, os gastos com o pessoal



são inferiores, porque houve prestação de serviços inerente, de fornecimentos e serviços externos, no valor que era previsto de 96.000,00 €, respeitante à Praia da Tocha e a outros serviços pontuais. Acrescentou que a INOVA gastou 81.899,00 € naqueles fornecimentos e serviços externos e conseguiu otimizar os gastos com pessoal, pelo que o resultado foi positivo no valor de 61.701,00 €; - Relativamente à quinta agrícola, informou que foi muito prejudicada com a pandemia, porque não houve visitas das escolas em 2020, durante cerca de 6 meses, as vendas são residuais, mas fizeram-se algumas e os custos e o pessoal tiveram que se manter. Acrescentou que os gastos com o pessoal aumentaram e houve um resultado negativo de 11.073,00 €, mantendo-se o subsídio à exploração previsto de 45.000,00 €; - Relativamente aos transportes urbanos, informou que houve uma paragem durante, aproximadamente, 6 meses, que provocou que o subsídio à exploração no valor de 56.000,00 € está concentrado praticamente na prestação de serviços feita pela empresa que tem o autocarro. Referiu que, naturalmente, houve aqui uma redução dos pagamentos àquela empresa, refletindo-se no subsídio à exploração que foi reduzidos em 56.000,00 €, tendo sido previstos 33.333,00 €, resultando num resultado negativo de 1.000,00 €, que não é significativo; - Relativamente à EXPOFACIC que já foi cancelada dois anos, recordou que em 2018, ganhou o primeiro prémio de melhor festividade numa listagem das dez que se fazem do género na Península Ibérica, do IBERIAN FESTIVAL AWARDS e em 2019 e 2020, refletido nas edições de 2018/2019 também foi premiada com o prémio 5 estrelas regiões. Finalmente, de uma forma muito geral, informou que a INOVA, em termos de rendimentos operacionais, reflete um decréscimo em 2020 que tem a ver com o facto de não se ter feito a EXPOFACIC, uma vez que em operacionais em 2018 foram de 9.800.000,00 €, em 2019 de 8.289.000,00 € e em 2020 de 570.000,00 €. Finalmente,

referiu-se à construção das novas instalações da INOVA, recordando que as instalações atuais não reúnem condições para a atividade que prosseguir, e informando que as novas instalações serão feitas no terreno da antiga ETAR de Cantanhede, onde existe o ecocentro, serão compostas por dois edifícios, um edifício principal, um edifício de rés do chão para a estrada da zona industrial, junto ao Complexo Desportivo e de dois pisos para norte considerando o desnível do terreno, mais um outro edifício de armazéns e oficinas, estacionamento, uma entrada única pela portaria que já foi construída no âmbito das obras do ecocentro e uma entrada única para carros da empresa com acesso pela estrada da zona industrial e que passa junto ao golfe e ao Complexo Desportivo. Colocando-se de seguida à disposição para prestar os esclarecimentos julgados convenientes, agradeceu ao executivo e à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a confiança depositada para o trabalho que foi feito, bem como a todos os presentes a compreensão que têm tido para a atividade da INOVA.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Carlos Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes, afirmou ter ficado satisfeito com os resultados da INOVA, no entanto, ficou surpreendido com a satisfação na área dos espaços verdes. Afirmou reconhecer que os espaços verdes em Cantanhede são de excelência na parte urbana da cidade, no entanto, relativamente às freguesias, não pode deixar de mostrar o seu descontentamento: Jardins secos e por regar, sebes por tratar, manutenção por fazer, sistema de rega avariados e inutilizados, enfim, uma série de coisas, sendo insustentável para quem vive nas freguesias.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual agradeceu a explicação dada sobre a INOVA, e questionou sobre a possibilidade da apresentação

efetuada ser entregue à Junta de Freguesia para que os futuros executivos a possam ver, analisar e saberem as dificuldades do trabalho que é feito. Relativamente ao que foi dito na anterior intervenção e que tem a ver com a limpeza das Zonas Industriais, no caso, a Zona Industrial de Murte de, referiu que conflituam ali um conjunto de entidades responsáveis pelas vias, lotes, etc..., pois existem áreas sob intervenção da Câmara, da INOVA, da Junta de Freguesia, das infraestruturas de Portugal e da Brisa, o que gera um problema terrível, nunca sendo possível consensualizar a limpeza das áreas envolventes às empresas. Esclarecendo que, de acordo com um pedido de uma das maiores empresas do concelho, a Mahle, por questões de segurança e da imagem da própria empresa, pretende ter uma vista ampla para os seus jardins e para as infraestruturas da empresa, mas nunca o consegue, ou porque a INOVA limpa a estrada, mas o talude da Estrada Nacional não está limpa, ou porque a Junta de Freguesia limpa à beira do caminho do lado de fora da rede autoestrada, mas a Brisa não limpa, sugeriu que possa haver algum diálogo no sentido de suprir aquelas lacunas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual agradeceu a apresentação efetuada pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração da Inova e teceu alguns comentários. Relativamente aos espaços verdes, à limpeza urbana, à quinta biológica e aos transportes urbanos, referiu ter percebido que houve uma certa diminuição na despesa relativamente aos valores previstos para 2020, baseada, basicamente nos custos e, ter ficado surpreendido na justificação de todas as atividades que tiveram um saldo de operação positiva, à exceção da Quinta Biológica, porque a justificação que foi dada foi sempre o aumento de custos com pessoal e aumento de trabalho exterior. No seu entender, esperava que, por exemplo, relativamente aos espaços verdes durante o período de

confinamento, houvesse menos trabalho porque as pessoas estavam confinadas, tendo-se mesmo verificado a diminuição do cuidado daqueles espaços. Afirmou ter ficado surpreendido que essa justificação não aparecesse, porque os espaços verdes não foram cuidados durante 2 a 4 meses de confinamento. Relativamente à Quinta Biológica, provavelmente se consumiu menos nessa altura e nos transportes urbanos também devido ao confinamento. Quanto à limpeza urbana, provavelmente até poderia ter havido um aumento, porque as pessoas estavam mais por casa. Considerou de seguida natural que, em qualquer cidade e setor urbano, no período da pandemia, quando as pessoas estiveram mais tempo em casa, tenha havido um aumento dos resíduos e indiferenciados, pelo que questionou sobre a possibilidade da INOVA pensar em fazer numa recolha seletiva. Acrescentou saber que há municípios em que o papel se recolhe à segunda-feira e à quarta-feira, o vidro se recolhe à terça-feira e à quinta-feira e à sexta-feira recolhe-se outro material qualquer, sendo uma forma de aumentar, não só a taxa de reciclagem, como também diminuir os resíduos indiferenciados, porque de facto, a pessoa sente-se mais convidada a fazer a seleção em casa. Questionou, de seguida sobre o que é que o município e a empresa municipal pensam sobre a autonomia elétrica do município, se já estão a pensar em alguma coisa ou em algum projeto a esse nível, pois já se veem alguns municípios a trabalhar dentro da linha da sustentabilidade e da descarbonização, aumentando a sua autossustentabilidade através de energia eólica e dos painéis fotovoltaicos. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, questionou se, para custear as futuras instalações da INOVA está previsto elegibilidade em termos de fundos comunitários ou se a verba vai sair do orçamento municipal.-----

----- Respondeu às questões colocadas o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Idalécio Oliveira, da seguinte forma: - Relativamente à questão colocada pelo Sr. Carlos Ventura, sobre a manutenção dos espaços verdes nas freguesias, informou que um dos lotes se ressentiu com a prestação da empresa que não estava a fazer aquele trabalho e desistiu daquele serviço. Acrescentou que, como a INOVA não iria dar resposta, de um momento para o outro, à manutenção dos espaços verdes em todas as freguesias, foi-lhe solicitado que fizesse alguma coisa. Afirmou ser verdade que internalizar aqueles serviços tem algumas vantagens, nomeadamente, em termos de custos e de gestão, ou seja, se alguma coisa estiver a correr mal, consegue-se resolver mais rapidamente porque se faz com meios próprios e com a deslocalização de um sítio para outro. Quando existem empresas no terreno é um pouco mais difícil, para além do facto das empresas atrasam e não fazerem, o que gera algumas dificuldades. Afirmou ainda que, em termos de espaços verdes tiveram alguns problemas nestes dois últimos anos, mas foram suprimindo os problemas e conseguiram normalizá-los. Voltou a referir que, relativamente para o futuro, esta área tem que ser muito dialogada, envolvendo os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia para ver qual é o caminho mais correto para a questão da manutenção de espaços verdes; - Relativamente à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, informou que vai enviar a apresentação; - Relativamente à limpeza urbana na Zona Industrial de Murte, que se pode replicar em outros espaços do município, informou que o que está previsto no contrato-programa é de facto a limpeza do espaço público confinante com a estrada municipal, trabalho que tem sido efetuado. Constatou que, naquela zona industrial e em outras zonas com aquele tipo de problemas, existem áreas sobrantes que, neste caso, confinam com uma estrada nacional ou com uma autoestrada que

deveriam ser, pelo menos, limpas pelas entidades que gerem aquelas infraestruturas. Assim, afirmou que a solução que tem que se resolver no futuro, incluindo ou não incluindo esses trabalhos no contrato-programa, sendo certo que, os custos já foram calculados e, se forem para incluir, os trabalhos serão realizadas; - Relativamente à questão do custo da manutenção de espaços verdes no ano 2020, informou que houve necessidade de afetar mais recursos à operação, houve mais valorizações remuneratórias e também mais gastos com as subcontratações, tendo suportado integralmente os recursos humanos. Esclareceu que, como tinham que manter minimamente os espaços verdes no período de confinamento, tiveram que criar equipas em espelho para criar alguma segurança para os trabalhadores. Acrescentou que, felizmente, a INOVA passou por aquela fase de pandemia sem ter grandes problemas e conseguiu manter o serviço à população, dando prioridade à recolha dos resíduos por questões de saúde pública, bem como ao abastecimento de água e à parte do saneamento. Afirmou que foi necessária fazer alguma ginástica com todos os recursos para poderem salvaguardar a saúde dos trabalhadores, os quais tiveram um comportamento exemplar e conseguiram garantir todos os serviços durante aqueles seis meses de confinamento; - Relativamente à implementação da recolha seletiva, recordou que a concessão da recolha seletiva em ecopontos é da ERSUC, sendo que a INOVA faz um trabalho complementar. Ainda assim, em diálogo permanente com a ERSUC, a INOVA vai fazendo a recolha de resíduos que não são colocados em ecopontos, como a recolha de cartão, por exemplo, na cidade de Cantanhede. Informou ainda que a ERSUC tem, em paralelo, uma série de recolhas nos restaurantes, como a do vidro e que a INOVA está disponível para complementar essas recolhas. Acrescentou que, considerando que o custo das recolhas seletivas de monstros, de verdes, de cartão se reflete na fatura, importa criar um fluxo para recolha



dos bios resíduos para reduzir o grande volume e o grande peso que os bios resíduos têm no custo do serviço prestado às pessoas e que, se o projeto tiver êxito, poder-se-á ter uma diminuição significativa da quantidade de resíduos a depositar em aterro e ainda ter um equilíbrio favorável para o custo que criar mais circuitos, colocar mais equipamentos e recursos humanos no terreno para fazer aquela recolha dedicada aos bio resíduos e prestar o serviço sem haver um reflexo excessivo na tarifa. Acrescentou ser uma matéria que está condicionada pela Comunidade Intermunicipal, que impôs metas para a recolha de bios resíduos, mas nem todos os Municípios ainda aderiram porque os investimentos são grandes, com um custo de 1.400.000,00 € para comprar e colocar equipamentos na rua. Acrescentou ainda que, existindo um contentor na rua para as pessoas colocarem os seus resíduos, tem que haver uma grande dose de sensibilização das pessoas para utilizarem bem o sistema, porque se não o utilizarem bem, o resíduo que está contaminado vai todo para o mesmo sítio e o custo é a dobrar. Relativamente à recolha seletiva de outros materiais, informou estarem sempre no terreno a sensibilizar as entidades e as pessoas para fazer a sua separação e para colocar nos ecopontos para levar ao ecocentro, uma nova infraestrutura e está aberta para as pessoas levarem aos seus resíduos e não os colocarem junto ou dentro dos contentores. Esclareceu ainda que, o facto de não colocarem resíduos dentro dos contentores tem um custo a dobrar porque anda uma equipa a fazer a recolha desses resíduos. Informou, de seguida que, a abertura de um ecocentro fixo municipal, localizado em Cantanhede, causará algumas dificuldades para as povoações que estão mais distantes de Cantanhede, mas com muita sensibilização e com grande dedicação, poderá haver mudança dos comportamentos. Acrescentou que, brevemente, irão começar a distribuir mini ecopontos pelas escolas e vão ter um animador ou dois que irão ao encontro de toda a gente que for encontrada em casa e

explicar o que é que devem fazer, sendo um trabalho que vai ser feito durante um ou dois anos. Afirmou, finalmente, ter por perspetiva que se consiga reduzir aquelas quantidades e que o preço, no final, seja o resultado de um serviço de qualidade, da proteção do ambiente e da saúde pública que aquele serviço tem sempre implícito; - Relativamente à questão da eletricidade, informou que a INOVA já avançou com um projeto de instalação de cerca de 250 painéis solares na Central da Fervença, que representa o maior ponto de consumo de eletricidade, no entanto não conseguiu adquirir os terrenos necessários para o efeito e fez metade da instalação, tendo resultado numa redução significativa no custo da produção de água para abastecimento à população. Acrescentou que está a ser estudada a possibilidade de ficar enquadrada numa designada comunidade de energia que poderá envolver outras entidades, sendo o caminho que está a ser apontado para o problema do custo da eletricidade. Informou ainda que a INOVA vai fazer a ampliação da instalação de armazenamento de água central de Cantanhede, localizada na estrada para Outil, onde também está previsto já em projeto a cobertura integral do reservatório existente, de outro reservatório e se possível, de mais alguma coisa também com painéis fotovoltaicos para a produção de energia; - Relativamente à questão das futuras instalações, informou não haver previsão de financiamento externo para o projeto que teve uma base inicial de desenvolvimento de 1.700.000.00 €, e que, eventualmente, poderá ultrapassar aquele valor. Acrescentou que não havia qualquer tipo de projeto tendo sido feito um concurso de ideias, ao qual ganhou um gabinete de projetos do Porto e que, se não existir financiamento, a construção poderá ser faseada, uma vez que existem dois edifícios. Finalmente, referindo que a construção do edifício principal é urgentíssima, a INOVA tem que resolver o problema rapidamente, porque as instalações que têm não respondem já às exigências que existem para a utilização de

edifícios públicos, que já estão completamente esgotadas para a capacidade do edifício, para as atividades que a INOVA produz e para o seu quadro de pessoal. ----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento;-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Fundo Municipal de Emergência Empresarial Covid-19 – 2.ª Fase / Relatório Final / Ratificação/ Para conhecimento».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, na primeira fase aberta para o apoio empresarial, cujas condições tinham a ver com empresas que tinham até 25 trabalhadores e que tivessem tido uma quebra na faturação igual ou superior a 33%, foram analisadas as candidaturas, tendo sido beneficiadas 58 empresas, com o valor de 62.120,00 €, tendo sido também dado apoio ao nível da água, do saneamento e dos resíduos sólidos. Informou, de seguida, que se entendeu poder alargar aquele apoio, indo ao encontro das empresas que tivessem uma quebra de faturação na ordem dos 20%, abrangendo 88 CAE's correspondentes a empresas que tiveram que encerrar, que foram obrigadas a vender ao postigo, de acordo com os condicionalismos impostos pelo Governo. Finalmente, informou que, da análise efetuada localmente, a segunda fase abrangeu mais 51 empresas, para além das 58 que já tinham sido beneficiadas, num valor de 52.840,00 €, pelo que no total, o Fundo Municipal de Emergência de Apoio Empresarial foi de 114.960,00 €.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento;-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2020 pela equipa de Sapadores Florestais».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que se trata de um subsídio no montante de 7.500,00 € destinado à Freguesia da Tocha para apoiar financeiramente a execução de trabalhos de silvicultura preventiva nas faixas de gestão de combustível que foram identificadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, durante o ano de 2020 e feito pela Equipa de Sapadores Florestais.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2020 pela equipa de Sapadores Florestais»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / 1.º Semestre 2021»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que aqueles subsídios se destinam a pagar a despesa relativa aos Enfermeiros que estão nos postos de enfermagem daquelas Freguesias, uma vez que o protocolo não está assinado. Acrescentou que, como o protocolo não está assinado, os subsídios tiveram que ser aprovados pela Câmara e agora, são submetidos à Assembleia Municipal, por se tratar de subsídios atribuídos às Juntas de Freguesia. Informou, de seguida que o valor dos subsídios a atribuir são os seguintes: - 1.090,26 € à freguesia de Cordinhã; - 1.655,58 €, à

freguesia de Ourentã; - 1.265,24€ à freguesia de Sanguinheira; - 1.561,36 € à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça; - 969,12 € à União das Freguesias de Covões e Camarneira; - 2.759,30 € à União das Freguesias de Portunhos e Outil. Informou, de seguida, que tinha acabado de receber uma informação relacionada com a Ação Social, pelo que, uma vez que se encontram a discutir a saúde, do mesmo pelouro, solicitou ao Sr. Presidente da Mesa que a Sr.ª Vereadora, Célia Simões, transmitisse aquela informação à Assembleia.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, que a Sr.ª Vereadora, Célia Simões, poderá prestar a infirmação em causa após a votação do presente ponto.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / 1.º Semestre 2021»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Após a votação, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou ter acabado de receber, via mail, uma informação que, com toda a certeza, irá deixar todos os presentes muito orgulhosos, nomeadamente, que a Câmara Municipal de Cantanhede é uma das 24 autarquias mais solidárias a nível do país. Referiu não ser novidade e que, como o último ano e meio foi muito complicado para Ação Social, para a saúde e para todos, deixou uma palavra de apreço a todas as pessoas que na autarquia trabalharam naquele período e fizeram muito mais do que o seu horário de serviço, independentemente de ser dentro ou fora da hora de

serviço, pois só graças a elas e à equipa fantástica que a câmara tem, se conseguiu aquele resultado. Acrescentou terem concorrido um pouco em cima do joelho, não tendo colocado tudo o que foi feito, mas o que fez, de facto, a diferença, foi o projeto dos cuidadores informais. Esclareceu tratar-se de um protocolo celebrado com a Faculdade de Medicina, ao qual foram acrescentados os Cuidados Paliativos do Hospital, destinado a todas as extensões de saúde, a todas as pessoas das IPSS e a todas as pessoas que estão como cuidadores que, não sendo apoiadas por nenhuma das outras partes, fazem parte daquele grupo. Destina-se a tentar perceber efetivamente quais são as necessidades dos cuidadores, sendo as informações recolhidas no sentido de melhorar a qualidade de vida daquelas pessoas, que são dependentes, novas ou velhas. Naquela candidatura, também foi referida a rede de medicamento solidário ABEM, o qual permite que mais de 61 utentes beneficiem de medicamentos gratuitos com as farmácias que quiseram aderir. Também a AISE, Equipa de Intervenção em Situações de Emergência acompanhou várias pessoas em várias situações, não só com prestação de alimentos, como também com apoio psicológico e apoio no preenchimento de questionários, o que fez também a diferença. Houve também muitos acompanhamentos e muitos apoios na habitação, nos cuidados de saúde das pessoas, além das intervenções das extensões de saúde, como consultas diferenciadas, os postos de enfermagem e a carrinha móvel que fez um trabalho muito especial, nomeadamente, atendimento das situações de emergência e das necessidades do hospital de Cantanhede, exames complementares de diagnóstico que fizemos com as extensões de saúde, com as USF e a CSP e os apoios domiciliários às pessoas que estavam em isolamento ou infetadas. Acrescentou ter sido o reconhecimento do que foi feito por toda a equipa, muito parecido com o que aconteceu nos hospitais, com trabalho exaustivo feito de forma

sigilosa, como tinha que ser, e que fez a diferença. Informou ainda que, quando o Município soube da notícia, informou que não iria receber nada, porque como era época de campanha eleitoral, não queriam que fosse considerado como uma ação de campanha. Constatou muito bom o facto do concelho ter sido reconhecido por fazer a diferença, nestes dois anos, com uma grande equipa capaz de lutar independente de pertencer a qualquer força política, pela melhoria da qualidade de vida e de saúde das pessoas e por um envelhecimento melhor e mais fácil. Finalmente, referiu que, de acordo com investigações feitas e estudos que saíram, prevê-se que dentro dos próximos cinco, dez anos, Portugal seja considerado o terceiro país mais envelhecido a nível europeu e o quinto a nível mundial, pelo que há que pensar realmente o que é que se tem de fazer para fazer a diferença, para que todos envelheçam com uma melhor qualidade na saúde e com um melhor atendimento nessa área.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de procedimentos a adotar para a prescrição das dívidas provenientes da Ação Social Escolar, das receitas administradas pelo Município».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que o assunto já por várias vezes foi discutido na Assembleia, tendo sido tomadas medidas e desenvolvido um protocolo com as Finanças. Acrescentou que existem situações que o Município tentou ultrapassar através de notificações, instauração de processos judiciais nos Julgados de Paz, etc..., no entanto, depois de todas aquelas diligências, mantêm-se uma dívida no valor de 28.519,79 €, relativa a faturas entre 1 de janeiro 2011 a 30 de junho de 2013, que, de acordo com a informação jurídica, se encontra prescrita. Esse valor em dívida vem agora à Assembleia no sentido de ser autorizada a sua prescrição, bem como as respetivas movimentações contabilísticas para as devidas regularizações.---

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Ana Margarida Maia, a qual questionou sobre o prazo de prescrição daquela dívida. -----

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, solicitou que o Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, explanasse todo o procedimento que tem sido adotado ao longo dos últimos anos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, o qual informou que o prazo de prescrição daquela dívida é de oito anos. Informou, de seguida que foi um processo bastante complexo, encetado há alguns anos e que já teve vários *modus operandi*, sendo que, num primeiro momento houve tentativa de negociar e fazer planos de pagamento com os devedores, mas esses planos de pagamento não eram cumpridos. Seguiram-se ações movidas num segundo momento junto dos Julgados de Paz, para tentar ser mais célere, e para ter menos impacto, mas também não foram bem-sucedidas. Finalmente, através do protocolo com a Autoridade Tributária, têm estado a conseguir resolver algumas situações.-----

----- Interveio o Sr. Rogério Marques, afirmando que, 28.000,00 € de dívida prescrita é um montante significativo em termos empresariais, com um impacto extremamente negativo, sendo inaceitável que 10% de dívida a terceiros do Município tenha que prescrever por falta de incumprimento.-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de dívidas de pessoas que podem pagar, porque os que não podem pagar já por si só, não pagam as refeições, porque estão dentro dos escalões isentos. Informou, de seguida que o valor das dívidas das refeições existentes a 31/12/2020 era de 105.901,00 €. Acrescentou que, quando foram iniciadas as negociações, ainda vieram vários encarregados de educação a regularizar a sua situação, mas sempre



muito agastados e muito chateados com o processo e que, agora, através das Finanças a situação é um pouco diferente, porque implica consequências mais graves para os mesmos. Relativamente às dívidas prescritas, informou nada haver a fazer para as poder recuperar, sendo apenas uma questão de movimentação contabilística que se tem de desenvolver.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordando ser um problema recorrente que já vem de anteriores mandatos e que, já à data, foi dito que existiam três escalões, num dos quais os pais têm possibilidade de pagar, noutro em que pagam menos e ainda noutro em que é gratuito. Acrescentou tratar-se assim de pessoas que têm possibilidades económicas para pagar a refeição de uma criança e que, muitas vezes vêm com arrogância aos serviços públicos queixarem-se, agastados por aquelas dívidas. Reforçou que o problema apenas se começou a resolver quando, em última instância, depois de movidas todas as possibilidades, nomeadamente com os Julgados de Paz, o Município recorreu à Autoridade Tributária.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, recordando que, no anterior mandato, foi a um município, no qual o seu Presidente tinha decidido comunicar aquelas dívidas à Comissão de Proteção de Menores, pois entendia que, se os pais não estavam a cumprir o seu desempenho em termos de responsabilidade com os filhos, tinham que ser alertadas as entidades competentes.-----

----- Interveio ainda o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, referindo que, podendo parecer desumano para com as crianças, houve municípios que entenderam que se o pai não paga, a criança não come, tendo acabado por resolver a situação.-----

----- Concluiu, o Sr. Presidente da Mesa, esperar que ao longo do tempo a dívida possa de alguma forma ser resolvida e que não passe a incobrável.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de procedimentos a adotar para a prescrição das dívidas provenientes da Ação Social Escolar, das receitas administradas pelo Município»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 8 - «Informação do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município de Cantanhede reportada a 30 de junho de 2021, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro / Para conhecimento»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se do relatório do auditor do Município relativamente ao primeiro semestre, ou seja, entre 1 de janeiro a 30 de junho de 2021, no qual se podem ler as conclusões factuais sobre os mapas de execução orçamental e se concluiu não resultar a existência de situações anómalas a reportar. Por esse facto, deixou um agradecimento a toda a Divisão Financeira e ao Departamento Administrativo e Financeiro que fazem com que todos possam ficar descansados com a situação sempre muito controlada a nível financeiro.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento;-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados na sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa,



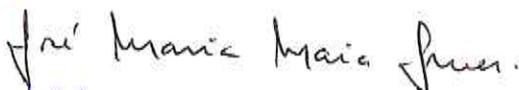
questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido qualquer inscrição.-----

----- Finalmente, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, dirigiu uma palavra de agradecimento à Mesa da Assembleia por terem estado com ele a dirigir os trabalhos ao longo dos últimos 4 anos, mas, também uma palavra de apreço, reconhecimento e gratidão a todas as pessoas que estiveram na Assembleia Municipal no mesmo período, sendo certo que houve momentos mais tensos e outros mais consensuais, cada um cumprindo a sua missão da melhor forma. Elogiou, de seguida, todos os Membros da Assembleia Municipal que se disponibilizam para estes cargos e continuam a dar o seu melhor, prestando um serviço à comunidade e à sociedade, independentemente da forma como pensam. Recordou, de seguida dois ou três dossiers que são muito críticos para o concelho, particularmente, o da saúde que tem vindo a ser discutido há muitos anos e que todos conhecem de trás para a frente, tal como também conhecem o potencial existente no concelho de Cantanhede por tudo o que já está instalado, nomeadamente, dois excelentes hospitais, a maior rede de IPSS da Segurança Social e os postos de enfermagem. Referiu existirem todas as condições para se criar uma verdadeira rede de saúde no concelho, mas o Governo, seja ele qual for, não avança, pelo que afirmou terem de estar todos unidos, independentemente de quem está no Governo, porque também eles têm a sua opinião e sabem o que é melhor para o concelho, sem interesses partidários nem colher dividendos partidários para que possa acontecer. Recordou uma reportagem que passou no Telejornal das 8 horas da noite, sobre os 42 anos do Serviço Nacional de Saúde e a escassez de médicos, comparando a perda do número de médicos e pessoal de enfermagem ao longo de alguns anos e falando sobre os vários motivos para que tal tenha acontecido. Acrescentou que, se se quer ter um Serviço Nacional

de Saúde forte e robusto é preciso criar condições para evitar que as pessoas vão para o estrangeiro ou para o sistema privado. Recordou, de seguida que, quando o Dr. António Correia de Campos era Ministro da Saúde, foi inaugurado o Pavilhão Santana Maia no Hospital Rovisco Pais, na Tocha, tendo aquele falado sobre o potencial que tinham aqueles 140 hectares e a entrada de privados para o turismo de saúde, sendo possível conciliar os dois modelos. Recordou ainda que, na altura do Governo PSD, quando o Dr. Paulo Macedo era o Ministro da Saúde, por três vezes lhe entregou um dossier sobre o funcionamento dos postos de enfermagem e a economia que poderia representar para o Sistema Nacional de Saúde, com enfermeiros pagos pelo Município de Cantanhede, numa parceria com a ARS, com as Juntas de Freguesia que disponibilizaram as instalações e com honorários decorrentes do salário do enfermeiro suportados pela Câmara Municipal, o que representaria uma economia brutal, proximidade às populações e a possibilidade do enfermeiro poder ir a casa das pessoas e prestar cuidados de saúde domiciliários. De seguida, referiu-se à questão da COVID e da vacina que irá ser produzida, conforme se espera em Cantanhede, afirmando haver quem queira levar a futura unidade, que vai custar 80 milhões para outro concelho do Interior. Acrescentou ser uma luta a levar a cabo, porque não é possível que Cantanhede tenha criado com milhões do seu erário municipal um Parque Nacional de Biotecnologia para que, depois de todo o trabalho feito e de todos os incentivos que foram dados, todos querem que aquela empresa fique em Cantanhede e lhe sejam concedidos os apoios. Recordou que, na Alemanha, apesar de ter sido uma empresa privada que, com certeza, tem como objetivo o lucro, o Governo alemão deu dezenas de milhões de euros para os ensaios clínicos que representam a fase final da investigação. Acrescentou que foi tudo devidamente escrutinado pelo Parlamento alemão, tendo contratualizado um x

número de vacinas, o que levou a que a vacina da BIONTECH fosse servida à população. Referiu de seguida que, em Portugal, andam em guerrinhas e subterfúgios para mudar a fábrica de sítio, sendo uma guerra que se quer travar. Acrescentou que aquela empresa vai ter que ir a fundos comunitários pelo que espera que o Senhor Primeiro-Ministro e a Senhora Ministra Dr.ª Ana Abrunhosa façam todos os esforços para que, naquela fase, tenha um apoio de pelo menos 20 milhões de euros, num espaço recorde de um ano, possam validar aquela vacina, seguindo-se a outra fase, na qual entram os investidores. Esclareceu, de seguida que, quando chega ao investimento, isso significa para a unidade industrial, dezenas largas de postos de trabalho, de quadros altamente qualificados, passando a empresa, em velocidade cruzeiro, a faturar dezenas de milhões de euros. Concluiu a sua intervenção, afirmando que os dois assuntos que explanou não são matérias partidárias, mas sim matérias transcendentais pelas quais todos devem estar unidos. Finalmente, mais uma vez, agradeceu o contributo de todos os presentes durante os últimos 4 anos. -----
----- Finalmente, sendo 17h30 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente: 

----- O Primeiro Secretário: 

----- A Segunda Secretária: 